

## Primeiro encontro com a obra de Celso Furtado

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Texto para preparar meu depoimento a Cristiano Abreu e Paulo Robilloti que preparam intervenção no XI Congresso do Programa de História Econômica-USP (PPGHE). São Paulo, 6.11.2020.

Meu primeiro contato com a obra de Celso Furtado foi lendo *Perspectivas da Economia Brasileira*, conferências pronunciadas no Rio de Janeiro, em 1957, em curso da CEPAL que contou com a colaboração do ISEB e foi por esta instituição publicadas em 1958. Foi anterior, portanto, à publicação de *Formação Econômica do Brasil*, que é de 1959. Consulto agora meu exemplar todo sublinhado dessas conferências para resumir o que, então, aprendi sobre a economia brasileira.

Nessas conferências Celso, primeiro, faz uma análise da economia brasileira para, em seguida, definir “uma política sistemática de desenvolvimento”. Naquela época, dizia ele, dois-terços do território nacional constituíam “um vazio demográfico e econômico”, o restante dividido em um sistema nordestino e outro, sulino. Já então o sistema relativamente integrado existente no Sul tinha como fatores dinâmicos o café exportado, dotado de alta produtividade, e, mais recentemente, a indústria. A articulação desses dois núcleos dinâmicos explicava a aceleração do desenvolvimento econômico nos últimos dez anos e o fato que “este sistema esteja em condições de gerar seu próprio impulso de crescimento”. (p.13) Para Furtado, portanto, a industrialização já estava tornando o desenvolvimento econômico brasileiro autossustentado – um tema que seria central em sua obra. O impulso criado pelo setor exportador se expandia e se multiplicava pelo setor industrial.

A economia brasileira que apresentava uma produtividade do capital ou relação produto-capital elevada, de cerca de 0,5, crescera entre 1945 e 1954 a uma taxa de 6,2 por cento ao ano, mas revelava grande instabilidade a qual era associada à “descontinuidade do esforço de poupança”. Por isso e pelas pressões do balanço de pagamentos, tornava-se necessário planejar a economia brasileira. Enquanto o aumento da produtividade no setor exportador aumentava apenas os lucros comerciais, “a expansão industrial faz crescer simultaneamente os lucros e os salários” (p.30). Mas encontrava um obstáculo – a taxa de investimento era menor e mais instável do que a taxa de poupança porque boa parte desta poupança destinava-se a satisfazer compromissos externos, ou seja, os juros e dividendos pagos ao exterior e as variações no fluxo de capitais.

A programação do desenvolvimento econômico devia se apoiar no aumento da taxa de poupança e de investimento através do aumento participação do Estado na renda. Mas era também necessário contar com o aumento da poupança privada através da criação de hábitos de poupança na classe média. Alertava, então Furtado, “a concentração da renda não é meio eficaz de aumentar a taxa de poupança... uma grande concentração cria, em todas as sociedades,

ampla camada de ociosos” (p.47). Ele não falava ainda dos capitalistas rentistas que hoje constituem uma massa de ociosos, mas chega perto. Ao contrário, ainda que “o desenvolvimento implique concentração de renda, a tributação de bens de luxo tanto importados quanto produzidos no país pode levar ao aumento da poupança e a uma menor distribuição de dividendos – a forma principal através dos quais os lucros não se transformam em investimentos.

Para promover o desenvolvimento econômico, além de uma política fiscal e tributária que aumente a capacidade de poupança do país, é necessário conduzir uma política monetária que capte da melhor forma possível a poupança através do sistema de crédito. Mas, para isto, o objetivo fundamental da política monetária deve ser “eliminar o estado crônico de inflação”, cuja causa básica “reside que, nas etapas de crescimento, a procura global se diversifica de maneira mais rápida que a oferta global” (p.69). São os estrangulamentos da oferta que a versão latino-americana da teoria desenvolvimentista clássica colocava no centro de sua teoria estruturalista da inflação.

Celso Furtado termina suas conferências de 1957 com um alerta sobre o papel da pesquisa tecnológica: “É um grave erro supor que os países subdesenvolvidos possam prescindir da pesquisa autônoma, pois a excessiva dependência tecnológica lhes poderá trazer problemas cada vez mais graves, que é desde já evitar” (p.80).

Celso Furtado foi o maior economista que Brasil teve. Foi um dos “pioneiros do desenvolvimento”, foi um membro fundador de uma escola de pensamento econômico que no exterior recebeu um nome que não a distinguiu de outras escolas de pensamento econômico, particularmente da escola neoclássica, que criticava, e da escola keynesiana, na qual se apoiava, a não ser pelo fato que era a única das três voltada para o desenvolvimento econômico. Na América Latina ela foi chamada de escola estruturalista, um nome melhor, mas eu prefiro chamá-la teoria desenvolvimentista clássica, englobando não apenas os latino-americanos como Raúl Prebisch, Furtado, Ignacio Rangel e Aníbal Pinto, mas também os economistas de outras regiões, como, no passado, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse e Albert Hirschman, e, no presente, Eric Reinert e Há-Joon Chang, e a distinguindo a escola novo-desenvolvimentista surgida nos últimos 20 anos, que se origina da economia política clássica, da teoria keynesiana, e da teoria desenvolvimentista clássica, mas inova em relação a elas.